



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3187

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 20/04/1989

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 18/89. (REVOGADA). Autoriza o Poder Executivo a fazer doação de 2 áreas de 190,00 m² cada, à Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, localizadas na Vila Antônio Narciso. (Referente à Lei nº 1.781, de 01/06/1989).

Controle Interno – Caixa: 12 **Posição:** 70 **Número de folhas:** 38

Observação: Foi posteriormente revogada pela Lei nº 2.133, de 08/09/1993. Este projeto possui um mapa que não foi digitalizado devido ao formato ser incompatível com a digitalizadora. Encontra-se no arquivo físico, disponível para pesquisa *in loco*.

Especie: Pl
Categoria: Imóveis
cx: 12
ordem: 70
nº fls: 29 +- mapa

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

18/89

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:-

Autoriza doação de terreno à Instituição Espírita
de Caridade Nosso Lar.

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 20.04.89
- 2 A Com. de Leg. e Justiça em 20.04.89
- 3 VISTAS AO VER. CARLOS PIMENTA - 27.04.89
- 4 SUBSTITUÍDO A REQ. V. HÉLIO GUIMARÃES -
- 5 Em 02.05.89 (15 dias)
- 6 Aprovado em 1º - D - 18.05.89
- 7 pelo emenda - 18
- 8 Adida a votação a pedido do
- 9 V. João Hamilton - 23.05.89
- 10 Aprovado em 2º - 23º - D - 30.05.89
- A sanção , 30.05.89
- Arquivar-se -

caixa



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº _____

DESAFETA ÁREA DE TERRENO DE SUA CARACTERÍSTICA DE BEM DE USO COMUM DO POVO E PASSA AO PATRIMÔNIO DISPONÍVEL DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO DA ÁREA À INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam desafetadas de suas características de bem de uso comum do povo e passam ao patrimônio disponível do município de Montes Claros, as áreas de terreno que pela planta aprovada do loteamento, constam como Rua do Pedestre, situadas na Vila Antônio Narciso, nesta cidade, com as seguintes medidas e descrições:

ÁREA I - Uma área de terreno medindo 190,00 m², situada na Vila Antônio Narciso, com a seguinte descrição: "Partindo da interseção do alinhamento da Rua "A", segue por este numa distância de 10,00 m; daí, deflete à direita, segue numa distância de 19,00 m; daí, deflete à direita, segue numa distância de 10,00 m; daí, deflete à direita, numa distância de 19,00 m, culminando no ponto que originou esta descrição".

ÁREA II - Uma área de terreno medindo 190,00 m², situada à Rua "A", na quadra nº 02, de parcelamento entre a Estrada do Alfeirão e o Rio Pai João, Vila Antônio Narciso, com a seguinte descrição: "Partindo da interseção do alinhamento da Rua "A", segue numa distância de 10,00 m; daí, deflete à direita, segue numa distância de 19,00 m; daí, deflete à esquerda numa distância de 19,00 m; daí, deflete à direita, numa distância de 10,00 m, culminando no ponto que originou esta descrição".

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR

EM 18 DE maio DE 1989

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR

EM 30 DE maio DE 1989

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR

EM 30 DE maio DE 1989

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A SANÇÃO

EM 30 DE maio DE 1989

PRESIDENTE



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



Fls. II

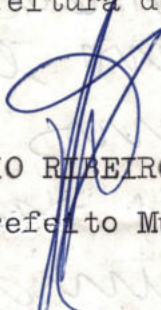
Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autoriza do a doar as áreas descritas no artigo anterior à INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR, com a finalidade específica de construção de sua sede.

Art. 3º - A doação será precedida da competente a valiação.

Art. 4º - O prazo de reversão automática ao município, em caso do não cumprimento da finalidade, mencionada no artigo 2º, desta Lei, é de 03 (três) anos, contados a partir da data da lavratura da escritura pública de doação.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Montes Claros,


MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE *Legislação e Justiça*

EM *22* DE *abril* DE 19*89*

DE 19*89*

Chun
PRÉSIDENTE

*A matéria é legal e constitucional
já foi aprovada
pelo Conselho*

Opinamos no sentido de que o presente projeto de lei seja melhor estudado mesmo no tocante a suas finalidades, uma vez que a sua aprovação poderá levar a prejuízo de terceiros em detrimento do proveimento de outros.

Assim reconhecendo a competência do Executivo em solucionar a questão, julgamos que a Prefeitura deveria provar anteriormente a inoportunidade do uso do bem comum das áreas que seriam afetadas.

Matheus

Consideramos ilegal e inconstitucional o presente projeto de lei, uma vez que a área a ser desapropriada já é de Servidão Pública, além do que, também levamos em consideração a postura dos



Câmara Municipal de Montes Claros

moradores daquela comunidade, que
são contrários a doação; esta situação
criará, sem dúvida, sérios conflitos
entre a entidade a ser beneficiada
e os moradores. Portanto é necessário
maior entendimento entre as partes in-
teressadas.

Imacada

18/05/89

Tendo em vista, parecer
emitido a pedido, pelo
Conselho Jurídico, ~~se~~ ainda
~~com~~ esclarecimentos necessários
por parte do STPLAN, de que não
há abertura de reg. n.º
alg. em questão nesta doação,
julgar-se inexistir legalmente e
caracterizar de serviços públicos,
sendo assim a matéria e
legal e constitucional.

Carla

Assinado
18-5-89



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA SUPRESSIVA

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta a seguinte Emenda ao projeto-de-lei em tramitação neste Legislativo, que autoriza a doação de terreno à Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar :-

EMENDA - que se suprima do referido projeto a ÁREA II mencionada no seu artigo 1º .

Sala das sessões, 18 de maio de 1989.

Eduardo Avelino Pereira
Vereador Eduardo Avelino Pereira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação e Justiça
 EM 18 DE maio DE 19 89
Carment.
 PRESIDENTE

A matéria é
 legal e constitucional
 Não há

A matéria é legal e constitucional
 É legal e constitucional.
 Bem cedo



Prefeitura Municipal de Montes Claros — M.G.

Em, 19 de abril de 1989

Of. N.º : 1904/89

Assunto : Mensagem

Serviço : Gabinete do Prefeito

Excelentíssimo Senhor Presidente,

A Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública, legalmente constituída e como tal, tem o direito de reivindicar ao município a doação das áreas, objetos do Projeto-Lei incluso, para edificar sua sede.

Dentre outras metas, a referida Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar propoe criar em nossa cidade, escolas, hospitais e asilos ou creches.

Ademais, tivemos que propor a desafetação das áreas de terreno, uma vez que as mesmas constam na planta do loteamento, como Rua do Pedestre, destinada ao uso comum do povo, e se as áreas forem desafetadas, como foi solicitado no artigo 1º, desta Lei, as áreas passarão ao patrimônio disponível do município, ou a categoria de bem dominial, o que dar ao município condições de fazer a doação das mencionadas áreas.

Esperando o apoio dessa colenda Casa Legislativa, sem qualquer restrição por parte dos nobres Vereadores, renovamos protestos de estima e cordial apreço.

Cordialmente,

MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Dr. Carlos Welth Pimenta Figueiredo

DD. Presidente da Câmara Municipal

N E S T A.



ESTATUTO DA INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR

CARTORIO DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.

Oficial - Jeanne Leite A. A. A. A.
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

CAPÍTULO I

Art. 1º - Com a denominação de Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar: foi fundada nesta cidade de Montes Claros-MG., à Rua "A" nº 84, Vila Antonio Narciso, no dia 07 de Abril de 1.985, uma Sociedade Espírita, constituída de ilimitado número de sócios, sem distinção de nacionalidade, religião, cor, sexo, com a finalidade de difundir e praticar a doutrina de Jesus segundo o Espiritismo, codificado por ALLAN KARDEC. Acima de tudo auxiliando todas as crianças órfãs e abandonadas, dando agasalho e alimento.

Art. 2º - Para atender o disposto no artigo anterior, realizará a Instituição 03 (três) ordens de sessões:

- a. Reuniões públicas de estudo da Doutrina contida nas obras fundamentais de Allan Kardec, das subsidiárias e do Evangelho de Jesus;
- b. Reuniões de assistência espiritual aos encarnados e desencarnados;
- c. Reuniões reservadas de desenvolvimento mediúnico, à luz da Codificação Espírita.

Parágrafo Único- O ingresso nas reuniões das alíneas "b" e "c" será a juízo de seus dirigentes.

Art. 3º - A Instituição quando habilitada, poderá criar escolas, hospitais, asilos ou creches, praticando a caridade moral e material por todos os meios ao seu alcance.

Art. 4º - Para difusão da Doutrina Espírita, referida no artigo 1º, a Instituição utilizará meios criteriosos, através da palavra falada e escrita, de mensagens e publicações doutrinárias- evangélicas e biblioteca.

Art. 5º - Para desenvolvimento de seu programa a Instituição criará os departamentos que se tornarem necessários, que se

regerão por regulamentos próprios, aprovados pela Diretoria.

Art. 6º-A Instituição será a benefício de todos.

CAVATARIO DOS REGISTROS DE
TITULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS RESSON JURIDICAS.

CAPÍTULO II

- DA ADMINISTRAÇÃO -

Oficial - Joana Lúcia Almeida
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Art. 7º-A Instituição, se regerá por uma diretoria composta de: um PRESIDENTE e VICE-PRESIDENTE vitalícios, sendo eles a Sra. MARIA APARECIDA SOARES e PERCÍLIO SOARES DE ALMEIDA, respectivamente, que na falta do presidente o vice-presidente assumirá imediatamente nas mesmas condições; 1º e 2º SECRETÁRIO, 1º e 2º TESOUREIRO, mais um Conselho Fiscal, formado por 03 (três) sócios, Fundadores, Efetivos ou Beneméritos, durante um biênio devendo reunir-se uma vez cada mês, para tratar dos interesses da Instituição.

CAPÍTULO III

=DO PATRIMÔNIO-

Art. 8º- O patrimônio da Instituição, será constituído pelas mensalidades, digo, por um terreno, com área de 840m², constituído de 04 lotes de terreno de nºs. 11, 12, 13 e 14, quadra 01, situado à Rua "A" nº 84, na Vila Antonio Narciso, nesta cidade de M. Claros-MG., com todas as benfeitorias existentes e a introduzir nos citados lotes, a qual área de terras foi doada livre e espontaneamente pelo o presidente e vice-presidente, Maria Aparecida Soares e Percílio Soares de Almeida, mais móveis domésticos, mensalidades, doações particulares e demais bens de raiz que vier a possuir.

Art. 9º- Pela dissolução definitiva da Instituição, seu patrimônio, poderá ser doado a qualquer organização espírita beneficente do Estado de Minas Gerais.

CAPÍTULO IV

-DOS SÓCIOS E DOS COOPERADORES- SEUS DIREITOS E DEVERES-

Art. 10º- Os sócios deverão elegerem e empossarem os membros da diretoria, bem como dar posse ao Conselho Fiscal.

Art. 11º- O Grupo manterá um quadro de sócios e cooperados que se classificam em:

a. FUNDADORES- Os que assinaram a ata de aprovação deste estatuto.

b. EFETIVOS - Espíritas, maiores que, aceitos pela Diretoria,

contribuam para a manutenção do Grupo, quer financeiramente, quer nas atividades da Instituição.

- c. BENEMÉRITOS-Os que prestarem relevantes serviços ao Grupo, a critério da Diretoria e homologação da Assembleia Geral.
- d. COOPERADORES= Sem distinção de idade, crença, raça, sexo ou cor, que espontaneamente desejarem cooperar com o Grupo, através de ajuda financeira ou nas suas atividades.

Parágrafo Único- À Diretoria compete deliberar sobre a admissão dos SÓCIOS EFETIVOS e determinar, anualmente, o valor mínimo da contribuição mensal dos sócios.

Art.12º-O SÓCIO EFETIVO perderá essa condição, desde que deixe de atender no artigo 14, letras "A" , "B" e "D" e artigo 11 letra "B".

§ 1º - Quando ocorrer o disposto neste Art., a Diretoria, após deliberação final, dará conhecimento ao sócio, o qual, no entanto, poderá recorrer desta decisão, à Assembleia Geral.

§ 2º - A Diretoria manterá atualizado, em livro próprio, um registro dos SÓCIOS FUNDADORES e EFETIVOS do Grupo.

Art.13º-São direitos dos SÓCIOS FUNDADORES e EFETIVOS:

- a. Participarem da Assembleia Geral do Grupo.
- b. Votarem e serem votados.

Art.14º-São deveres dos SÓCIOS FUNDADORES e EFETIVOS:

- a. Estudar a Doutrina Espírita, esforçando-se para melhorar espiritualmente.
- b. Prestar ao Grupo concurso moral e material, aceitando cargos e incumbência para que foram eleitos, nomeados ou designados, salvo motivos de ordem superior.
- c. Angariar novos sócios e cooperados.
- d. Acatar as decisões da Diretoria das quais poderá recorrer à Assembleia Geral.
- e. Participarem das Assembleias Gerais do Grupo.

CAPÍTULO V

- DISPOSIÇÕES GERAIS -

Art. 15º-Haverá uma Assembleia Geral Extraordinária de 02 (dois) em 02

(dois) anos, para eleição de nova diretoria que terminar o mandato.

COMPETE AO PRESIDENTE:

- a. Representar a Instituição ativa e passivamente em Juízo ou fora dele, nas reuniões da sociedade e com terceiros.
- b. Solicitar colaboração a união de toda sociedade, quando a Instituição sofrer violência.
- c. Assinar com o tesoureiro os pagamentos, efetuar e visar as contas e escriturações.

COMPETE AO CIVE-PRESIDENTE:

- a. Substituir o presidente em todos os seus impedimentos.

COMPETE AOS SECRETÁRIOS:

- a. Fazer a correspondência, registro de sócios, arquivo, ata das reuniões da diretoria.

COMPETE AOS TESOUREIROS:

- a. Arrecardar as mensalidades, depositar em bancos, fazer os pagamentos autorizados pelo PRESIDENTE, escriturar os livros e apresentar balanços demonstrativos do ativo e passivo.
- b. Prestar contas da gestão toda as vezes que a diretoria em conjunto solicitar.

COMPETE AO CONSELHO FISCAL:

- a. Levar ao conhecimento da diretoria toda as irregularidades que verificarem no decorrer dos trabalhos sociais e doutrinários.

MONTES CLAROS, 07 DE ABRIL DE 1.985

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

SECRETÁRIO:

VICE-SECRETÁRIO:

TESOUREIRO:

VICE TESOUREIRO:

CONSELHO FISCAL: Luiz Alberto Rodrigues

119 St. Fernandes Dias

Tha Maria de Oliveira Maria

FISCAL R. C. B.	RECEBIMOS DO(A) <u>Luiz Alberto Rodrigues</u>
	SUPRA INSCRITO
	23 de Abril de 85
	<u>Tha Maria de Oliveira</u>

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

REGISTRO N.º 0738-85 A-5

PLS. 311 PROT. N.º 13.225-85

PLS. 311 A2

UMA VIA AUTENTICA

ESTE CARTÃO

MONTES LARANGEIRA 30 DE Setembro DE 1985

João Valde Mauricio Oficial

JOANIR VALDE MAURICIO - Oficial

II

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

A PREFEITURA DE MONTES CLAROS-M. Gerais, representada pelo seu Consultor Jurídico Dr. ALCILIANO RIBEIRO DA CRUZ, por delegação de competência, nos termos do Decreto Nº 934 de 08 de fevereiro de 1.988, neste ato denominada PERMITENTE, e de outro lado a INSTITUIÇÃO ESPIRITA NOSSO LAR, situada à rua "A" Nº 84, Bairro Vila Antônio Narciso, nesta cidade, inscrita no CGC. Nº 21361654/000-10, representada neste ato pelo seu presidente a Sra. MARIA APARECIDA SOARES, e denominada neste ato PERMISSIONÁRIA, foi firmado o presente instrumento, que regula o uso de, pertencente à PREFEITURA, na forma abaixo:

I- Os objetos da presente permissão gratuita de uso são duas áreas de terrenos medindo 190,00-m², situada no Bairro Vila Antônio Narciso com a seguinte descrição: " Partindo da interseção do alinhamento da rua "A", segue por este numa distância de 10,00m, daí deflete à direita, segue numa distância de 19,00m, daí deflete à direita, segue numa distância de 10,00m, daí deflete à direita, numa distância de 19,00m, culminando no ponto que originou esta descrição".

II- A outra área situada à rua "A", na quadra nº "2", de parcelamento entre a entrada do Alfeirão e o Rio Pai João, medindo 190,00 m², com a seguinte descrição: " partindo da interseção do alinhamento da rua "A", segue numa distância de 10,00m, daí deflete à direita, segue numa distância de 19,00m, daí deflete à esquerda numa distância de 19,00m, daí deflete à direita, numa distância de 10,00m, culminando no ponto que originou esta descrição".

III- A área acima descrita, destina-se a construção da sede própria da referida entidade.

PARAGRAFO ÚNICO- As despesas decorrentes da construção acima mencionada, correrão por conta da PERMISSIONÁRIA.

IV- O prazo da presente permissão é indeterminado, iniciando-se na data da assinatura deste instrumento e podendo ser revogado a qualquer tempo, a critério da PERMITENTE, independentemente, de interposição ou qualquer outra medida judicial.

V- Se a PERMISSIONÁRIA, através da atual diretoria e/ou seus sucessores, não der o uso prometido ao imóvel e desviar de sua finalidade, a PERMITENTE revogará a presente permissão, ficando a Instituição obrigada a devolver a área de terreno, sem direito a retenção e/ou indenização, por quaisquer benfeitorias, as quais, ficarão incorporadas ao imóvel.

VI- É vedado à PERMISSIONÁRIA, transferir ou ceder a terceiros, a qualquer título, ou em parte, mesmo que em caráter eventual, a presente permissão de uso, sem prévia autorização da PERMITENTE.

VII- Em hipótese alguma, a PERMITENTE terá qualquer obrigação com relação a terceiros com os quais, eventualmente, a PERMISSIONÁRIA, tenha ou venha ter contratos, compromissos e obrigações.

VIII- A PERMISSIONÁRIA declara aceitar a presente permissão em todas as suas condições, obrigando-se a cumpri-las, fielmente, pelo que se lavrou o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 — 39.400 — Montes Claros - Minas Gerais



Fls. 02

e para um só efeito, que, vai firmado pelas partes contratantes e pelas testemunhas, todas abaixo nomeadas.

Montes Claros, 03 de outubro de 1.988

Alcilio Ribeiro da Cruz
Dr. ALCILIANO RIBEIRO DA CRUZ
P/ Prefeitura Municipal

Maria Aparecida Soares
Sra. MARIA APARECIDA SOARES
P/ Presidente da Instituição Espirita

TESTEMUNHAS:

Lucilio Soares de Oliveira

11-.....

Ilustríssimo Senhor Doutor Mário Ribeiro da Silveira
D.D. Prefeito da Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG.

Recebi a
documentação e
pedido foi formulado
Hilma S. Lopes
Em 10.01.89

A Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar,
inscrita no CGC/MF. nº 21.361.654/0001-10, entidade filantrópica
sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública por este
Município e pelo o Estado de Minas Gerais, estabelecida à Rua "A"
nº 84, Vila Antonio Narciso, nesta cidade.

Vem por sua representante e presidente a Sra
Maria Aparecida Soares, brasileira, casada, comerciante, CPF nº
623.774.776-15, residente e domiciliada à Rua Tupinambás, 212, Ba-
irro do Melo, nesta cidade. Requerer de V.Sa. A DOAÇÃO definiti-
tiva, através de escritura pública, de duas (02) áreas de terras
com 190,00 metros quadrados, cada uma, situadas na Rua "A", na
Vila Antonio Narciso, a favor da entidade acima mencionada. Áreas
estas já autorizadas os seus usos, pela a Prefeitura à dita Insti-
tuição.)

O Ilustríssimo senhor ex-Prefeito, Doutor
Luiz Tadeu Leite, no mês de setembro próximo passada, por acúmulo
de serviço e, totalmente empenhado na campanha política do seu
DD. sucessor, bem como, pela última bancada de vereadores se en-
contrar também em campanha política, dificultando a tramitação
do projeto na Câmara. Foi lhe autorizada o uso das mencionadas
áreas de terras, através de contrato escrito entre as partes. /
Porém, lhe garantiu o direito de reivindicar do atual Prefeito a
requerida doação definitiva, que ora se faz.

Com toda documentação necessária, em anexos.

Nestes termos

Pede deferimento.

Montes Claros, 09 de janeiro de 1989.

Maria Aparecida Soares

Maria Aparecida Soares - presidente

CPF nº 623.774.776-15

TERMO DE ABERTURA DA ATTA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR, PARA A ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA, PARA O BIÊNIO CORRESPONDENTE DE 07 (SETE) DE ABRIL DE 1.989 A 07 (SETE) DE ABRIL DE 1.991.

NO DIA 07 (SETE) DE ABRIL DE 1.989, ÀS 20:00 (VINTE) HORAS, NA SEDE DA INSTITUIÇÃO ACIMA MENCIONADA, SITUADA À RUA "A" Nº 84, NA VILA ANTONIO MARCISO, NESTA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG. FOI ABERTA A SESSÃO GERAL EXTRAORDINÁRIA, PARA A REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL ADMINISTRATIVO, PARA ELEGER O PRESIDENTE E SUA DIRETORIA, PARA ADMINISTRAR A CITADA INSTITUIÇÃO, PELO O PRAZO DE UM BIÊNIO, OU SEJA, DOIS ANOS.

A INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR, COM RGC/MF. Nº 21.361.654/0001-10, COM SEDE À RUA "A" Nº 84, NA VILA ANTONIO MARCISO NESTA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG.

APÓS A REUNIÃO REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 1.989, ÀS 20:00 HORAS, POR VOTAÇÃO SECRETA, HOVE POR BEM ELEGER UNANIMEMENTE PARA ADMINISTRAR PELO O PRAZO DE UM BIÊNIO A SEQUINTE DIRETORIA, FORMADA PELAS PESSOAS ABAIXO INDICADAS:

PRESIDENTE - REELEITO: MARIA APARECIDA SOARES
VÍCE-PRESIDENTE - REELEITO: PERCEILIO SOARES DE ALMEIDA

SECRETÁRIO. MARINA OLIVEIRA IVO
VICE-SECRETÁRIO. WILMA OLIVEIRA IVO
TESOUREIRO. JOSEDELO FERRAZ PERA
VICE-TESOUREIRO. CILENE APARECIDA MARTINS GOMES
CONSELHO FISCAL: ALIVALDO DOMINGUES IVO
JOVELINO DE ALVES DOS SANTOS
JOSE LUIZ GOMES

FICOU DECIDIDO AINDA, POR UNANIMIDADE,
QUE A PRESIDENTE MARINA APARECIDA SOARES, PODE
EM NOME DA SOCIEDADE E DA INSTITUIÇÃO, ABIR
CONTA BANCÁRIA, MANTER OU MÃO AS EXISTENTES
ABERTAS, EMITIR CHEQUES EM NOME DA DITA INSTITUI-
ÇÃO, DEVENDO PRESTAR CONTAS, QUANDO ASSIM
ENTENDER A DIRETORIA.

MONTES CLAROS, 07 DE ABRIL DE 1.989
NESTA DATA TOMA POSSE A DIRETORIA
ACIMA ELEITA.

PRESIDENTE: *M. Soares*
VICE-PRESIDENTE: *Marina*
SECRETÁRIO: *Marina Oliveira Ivo*
VICE-SECRETÁRIO: *Wilma Oliveira Ivo*
TESOUREIRO: *Jose delo Ferraz Pera*
VICE-TESOUREIRO: *Cilene Aparecida Martins Gomes*
CONSELHO FISCAL: *Alivaldo Domingues Ivo.*
Jovelino de Alves dos Santos
Jose Luiz Gomes



Câmara Municipal de Montes Claros

RESOLUÇÃO Nº 567, de 06 de outubro de 1987

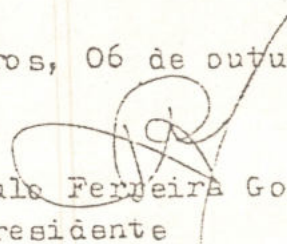
Dispõe sobre Utilidade Pública.

O Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros(MG), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1068, de 13.11.75 regulamentada pela Resolução nº 202, de 19 de abril de 1976, deste Legislativo, e de conformidade ainda com requerimento aprovado por esta Casa, promulga a seguinte Resolução :-

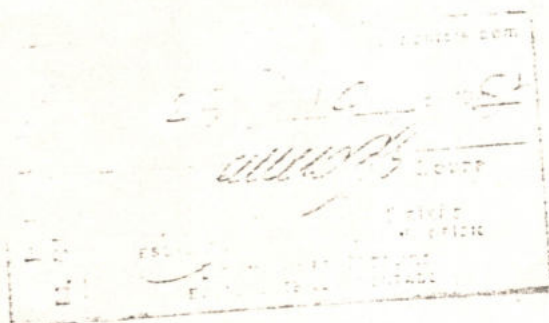
Artigo 1º - Fica considerada de Utilidade Pública a Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, entidade filantrópica sem fins lucrativos, com sede nesta cidade à Rua A, nº 84, Vila Antônio Narciso.

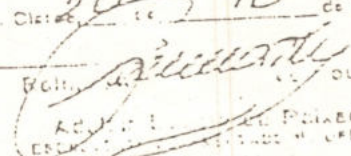
Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de M. Claros, 06 de outubro de 1987.


José Paulo Ferreira Gomes
Presidente

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo
1º Secretário



1º. OFICIO M. CLAROS - MG	A presente cópia fotostática confere com o original.	
	M. Claros, 29 de 10 de 87	
		
	CARLOS WELTH PIMENTA DE FIGUEIREDO 1º SECRETÁRIO	

APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES E ORADORES INSCRITOS

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai passar a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos.

PROJETO DE LEI Nº 544/87

Declara de utilidade pública a Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, com sede na cidade de Montes Claros.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, com sede na cidade de Montes Claros.

Art. 2º — Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 13 de novembro de 1987.

Raimundo Albergaria — Aloísio Garcia — Paulo César Guimarães — Ademir Lucas — Jorge Gibram — Felipe Néri — Irani Barbosa — Vitor Penido — Serafim Godinho.

JUSTIFICAÇÃO: A Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar tem por finalidade principal assistir a criança órfã e abandonada, conforme previsto no art. 1º de seu estatuto. E, através de doações e mensalidades de seus associados, pretende construir hospitais, escolas, asilos ou creches, enfim, criar condições que lhe possibilitem ampliar o campo de assistência e abranger um número crescente de pessoas carentes.

Na mais de dois anos, um expressivo grupo de pessoas vem trabalhando na Instituição, de modo incansável, procurando atingir as finalidades estatutadas. Dentre elas foram eleitos colaboradores honorários para comporem a diretoria que, sem qualquer retribuição pecuniária, a dirige com admirável dedicação.

Os frutos do trabalho da Instituição já foram reconhecidos pela municipalidade local, que a declarou de utilidade pública, merecidamente, através da Resolução Nº 567, de 6/10/87.

Nesta oportunidade, propomos também o mesmo, convicções de que a declaração de utilidade pública para a Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar significará importante contribuição, que refletirá benéficamente na população carente de Montes Claros.

Raimundo Albergaria

— Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia para 1ª discussão, nos termos do art. 184 e seu § 1º do Regimento Interno.

agudos de tripanossomíase que ele examinou não tinham qualquer antecedente epidemiológico, como, por exemplo, a procedência de zonas endêmicas. No mesmo Congresso, o Prof. Vicente Amato Neto, da Faculdade de Medicina da USP, afirmou que, pessoalmente, já diagnosticou 40 casos de doença de Chagas contraídos por transfusões sanguíneas.

O problema, segundo vários especialistas do setor, vai-se tornando cada dia mais grave, à medida que não há controle rigoroso junto aos bancos de sangue que fazem coleta em áreas periféricas dos grandes centros urbanos, os quais não obedecem a critérios eficientes para a seleção de doadores e a realização de exames no sangue recolhido, o que evitaria a comercialização de sangue e derivados contaminados.

Na maioria dos bancos de sangue e laboratórios, a rotina normal é de se fazer apenas um teste, com um único reagente, que não tem a sensibilidade que seria satisfatória. O Prof. Aluizio Prata, da UNB, separou soros contaminados em 3 frascos e os enviou a laboratórios em São Paulo, Minas Gerais e Salvador. Os resultados foram contraditórios, porquanto não existe um controle de qualidade sorológica nos bancos de sangue. O Prof. Paulo Leser insiste na necessidade de se realizarem pelo menos duas reações sorológicas independentes, para a pesquisa dos anticorpos contra o Trypanosoma cruzi, o que garantiria menor margem de erros.

Outras terríveis doenças que, completando o quadro, fazem das transfusões sanguíneas uma prática médica do mais alto risco são: a sífilis e a hepatite B.

Eis, pois, Srs. Deputados, um quadro de saúde dantesco, em pleno final do século XX, assaz aporriado à idade Média a que a presente proposição pretende reparar, no Estado de Minas Gerais.

Milton Cruz

— Publicado, inclua-se o projeto em ordem do dia para 1ª discussão, nos termos do art. 184 e seu § 1º do Regimento Interno.

REQUERIMENTO Nº 1.192/87

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado que este subscreve requer a V.Exa., na forma regimental, seja formulado apelo ao Exmo. Sr. Diretor-Geral do Departamento de Águas e Energia-DAE/MG — Dr. Hugo Menicucci, e ao Exmo. Sr. Diretor Técnico do Departamento de Águas e Energia — DAE-MG —, Dr. José Moreira Prates, no sentido de que seja instalado com a possível urgência um Posto de Serviço Telefônico Interurbano-PS-IU.

nefícios àquela região que, em plena era da comunicação, vive isolada até mesmo de seu próprio município.

Paulo Pereira

— Publicar. A Comissão de Economia.

REQUERIMENTO Nº 1.194/87

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O Deputado infra-assinado requer a V.Exa., nos termos regimentais, seja formulado veemente apelo aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário de Estado de Assuntos Municipais e Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais no sentido de que adotem providências para a liberação das casas populares construídas no Jardim das Colinas, no Município de Itajubá.

Sala das Reuniões, 13 de novembro de 1987.

Paulo César Guimarães — Antônio Genaro — José Ferraz — Ferraz Caldas — Ninico Resende — Jamill Júnior.

JUSTIFICAÇÃO: Nos nossos dias, o acesso à casa própria tornou-se um sonho acalentado por muitos e concretizado por poucos, em vista do baixo poder aquisitivo da maioria da população, dos altos custos reais das construções e dos altos valores da especulação imobiliária. Essas causas, em maior ou menor grau, estão presentes em todos os quadrantes do País.

Há outro fator, de ocorrência genérica, que deve ser mencionado, a estagnação da construção de moradias populares, uma vez que, atualmente, a atividade da construção civil volta-se para prédios de alto padrão ou para edifícios residenciais destinados a pessoas abastadas.

No caso específico de Itajubá, cidade do Sul de Minas, o problema habitacional assume traço particular, em virtude do seu próprio desenvolvimento. É pólo cultural e econômico daquela região, já que possui mais de uma dezena de escolas de 2º grau, de cursos técnicos e pré-vestibulares, além de várias faculdades; conta importantes fábricas de tecidos, calçados, aparelhos telefônicos, relógios, alimentos e material bélico. Sedia a única fábrica de helicópteros da América do Sul, a HELIBRAS.

Tal contexto inevitavelmente atrai estudantes e trabalhadores de fora, o que significa crescimento da sua população, sem uma correspondente ampliação da oferta de moradias.

O objetivo que pretendemos concretizar através desta proposição é muito claro: liberar as casas populares construídas no Jardim das Colinas para a população de baixa renda, que há um longo tempo procura uma moradia.

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21361654/0001-10	
VALIDO ATÉ 31/12/89		ATIVIDADE PRINCIPAL 80.10	
NATUREZA JURÍDICA 18 - SOCIEDADE		CPF DO RESPONSÁVEL 523774775-15	
ÓRGÃO DA SHF 670 - MONTES CLAROS			
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL - DENOMINAÇÃO COMERCIAL INSTITUIÇÃO ESPIRITA DE CARIDADE NOSSO LAR			
NOME DE FANTASIA CASA NOSSO LAR			
LOGRADOURO R. A.		NÚMERO CGC	COMPLEMENTO
CEP 35430	BAIRRO, DISTRITO VL. ANTONIO NARCIS	MUNICÍPIO MONTES CLAROS	
UF MG			
RENDA PESSOA JURÍDICA <input checked="" type="checkbox"/> PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS <input type="checkbox"/> IMPORTAÇÃO <input type="checkbox"/> LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS <input type="checkbox"/>			
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS <input type="checkbox"/> RENDA - RETENÇÃO NA FONTE <input type="checkbox"/> MINERAIS NO PAÍS <input type="checkbox"/> ENERGIA ELÉTRICA <input type="checkbox"/> SOBRE SERVIÇOS <input type="checkbox"/>			

RESP. MARIA APARECIDA SOARES

INÍCIO: 10/10/25



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

RECIBO DE ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO
DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA

01

CARIMBO PADRONIZADO CGC

21361654/0001-10

INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE
NOSSO LAR

Rua "A", 84 - Vila Antonio Narciso
CEP 39400
MONTES CLAROS - MG.

00

PARA USO DA REPARTIÇÃO

RECEBÇÃO

67000/4865

Nº DE ARQUIVAMENTO

23.05.88

S.R.F. - Montes Claros

02

NOME DA INSTITUIÇÃO

INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR

03

ENDEREÇO DA SEDE

Rua "A" nº 84- Vila Antonio Narciso-39.400- MONTES CLAROS-MG.

04

DECLARAÇÃO

EXERCÍCIO

PERÍODO-BASE

1988

de 01/01/1987 a 31/12/1987

05

SITUAÇÕES ESPECIAIS (Assinale com um "X", se for o caso)

☐

INICIAL

☒

RENOVAÇÃO

☐

RETIFICAÇÃO

A presente declaração foi elaborada conforme com o formulário SRF nº 1.000-1/87.

A primeira via deste Recibo, devidamente autenticada por órgão da Secretaria da Receita Federal, servirá como DOCUMENTO HÁBIL de isenção do pagamento do Imposto de Renda de pessoa jurídica, podendo para essa finalidade, inclusive, servir como comprovante dessa condição junto a terceiros.

OBSERVAÇÃO: O cumprimento das condições previstas em lei e a apresentação da Declaração nos prazos fixados pela S.R.F. assegurará o gozo da isenção.

A Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, inscrita no CGC/MEF sob o nº 21.361.654/0001-10, estabelecida à Rua "A" nº 84, Vila Antonio Marciso, nesta cidade. Entidade esta reconhecida de utilidade pública sem fins lucrativos, tanto municipal como estadual, exercendo um trabalho social comunitário, tanto religioso como filantrópico, há mais de (05) cinco anos nesta cidade.

Vem solicitar de V.Sas uma abaixo assinado, concordan
do com a doação de duas áreas de terras,) a ser enviada o projeto de
lei pela Prefeitura local, por se encontrar a dita Instituição en-
quadrada nas exigência da Câmara Municipal, e por se encontrar tam-
bém a referida entidade com contrato de permissão de uso das ditas
áreas outorgadas pela Prefeitura.

Sendo que as áreas a ser doadas serão destinadas a construção e uso de uma cozinha com refeitório, para distribuição de alimentos prontos as pessoas carentes, e a outra área será destinada a um salão para aprendizado profissional, como para farmácia, armazém e banheiros comunitários.

Montes Claros, 20 de março de 1989.

*Em tempo - concordando com o envio do projeto à Câmara pelo Prefeito municipal.

12-11-18

P. OLIVEIRA
M. CLAROS - GO

A Presente carta foi enviada com o seu original para M. Claros - GO de 1892

Franco e sem taxa de Tabela Postal de P. Oliveira para M. Claros - GO.

Boaventura Martins Eco. Surcamentado

1 - [Signature] - PMDB
2 - [Signature] - PDC
3 - [Signature] - PMDB
4 - [Signature] - PMDB
5 - [Signature] - PMDB
6 - [Signature] - PMDB
7 - [Signature] - PMDB
8 - [Signature] - PMDB
9 - [Signature] - PFL

Lista de Presença - Reunião do dia 15.01.89

- Otávio Botelho Monteiro

Manoel SILVA
Valdeir Balza da Silva

Walter Luiz de Oliveira

Deri Soares Amorim

Cláudio Soares da Silva

Samuel Soares Guimarães

João Paulo Guimarães
Maria Expedita Parrella
Marcelo Norato da Silva

Dorci Soares Teixeira

Maria de Lourdes Soares Barbosa
Wílza Almeida Feres

Silviana Paula Lopes

Aldete Gonçalves Pereira

Benigno Soares Teixeira

Edson Vaz

Supina Soares Teixeira

Regina Soares Teixeira

W. de C. Dias

Helena Garrelh Guimarães

Edson Silva Dias

Lista de Presenças

- 1 - Yolli Barosa Mutirão 05-03-89
- 2 - Edilson Silva
- 3 - Yajua Leite Passato
- 4 - Paulo Paula Guimarães
- 5 - Joni Galvão Paula
- 6 - Helena Botelho Sando
- 7 - Jeri Soares di Menezes
- 8 - Marcelo Renato da Silva
- 9 - Nivaldo Teodora Santos
- 11 - Moacir Travoto
- 12 - Helza Alonso Sousa
- 13 - Maria Expedita Sarrela
- 14 - Paula
- 15 - Emmanuel Silva
- 16 - Mariade Saundes Soares Barbosa
- 17 - Helena Paula Guimarães

NÓS ABAIXO ASSINADOS, DECLARAMOS QUE CONHECEMOS PESSOALMENTE A INSTITUIÇÃO ESPÍRITA DE CARIDADE NOSSO LAR, CGC/MF.21.361.654/0001-10, RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA, SEDIADA À RUA "A" Nº 84, NA VILA ANTONIO NARCISO, NESTA CIDADE. BEM COMO SUA AÇÃO DE TRABALHO, TANTO RELIGIOSO COMO FILANTRÓPICO. ASSIM SENDO, PARA SUA EXPANSÃO FILANTRÓPICA DE CUNHO SOCIAL E CARIDOSO, CONCORDAMOS COM A DOAÇÃO DE DUAS ÁREAS DE TERRAS, PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS À DITA INSTITUIÇÃO, CONFORME PROCESSO NESTE SENTIDO EM ANDAMENTO NA DITA PREFEITURA.

MONTES CLAROS-MG., 20 DE ABRIL DE 1.989.

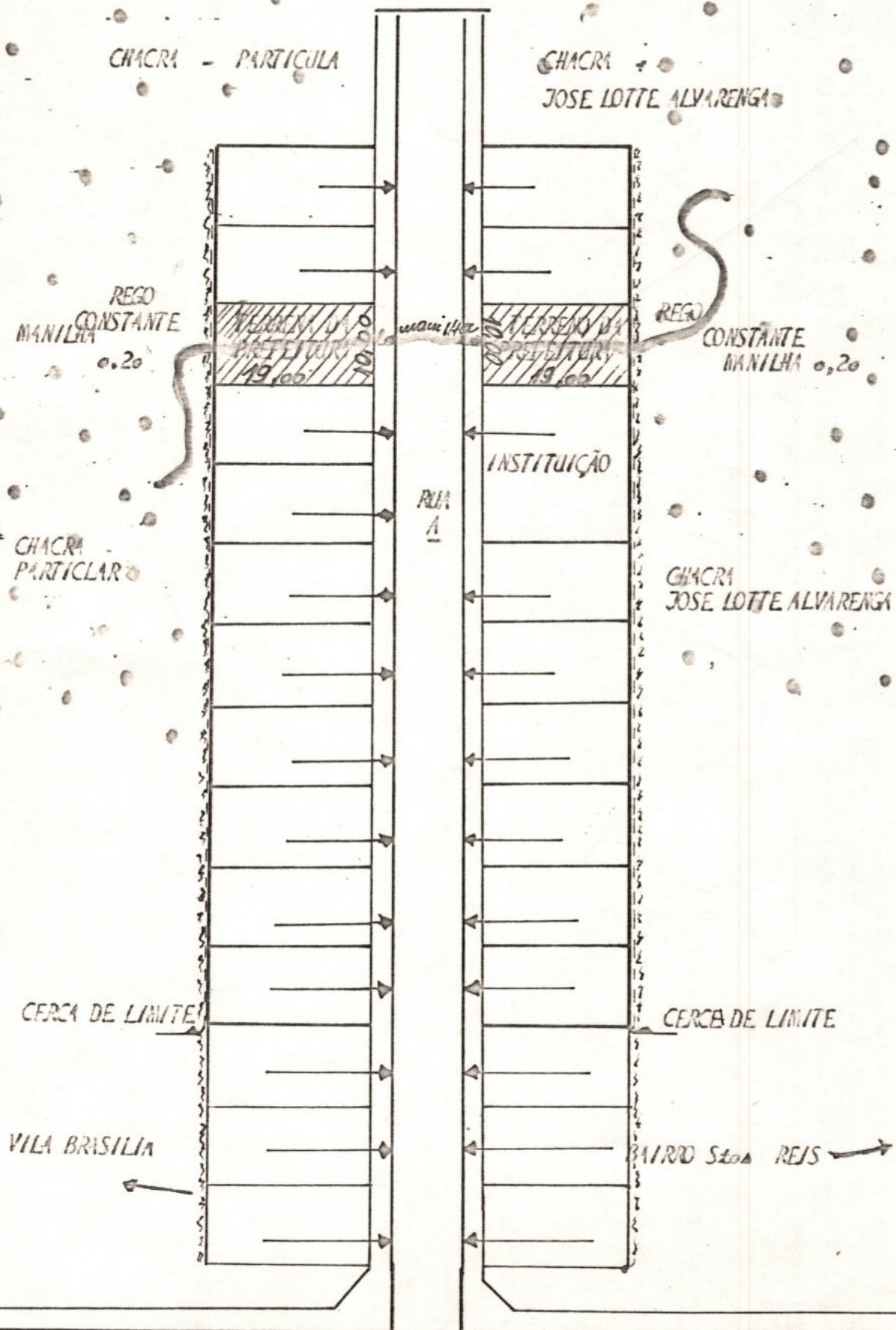
- 01 - Joviano dos Santos - Motorista - T.E. 454185902/48
- 02 - M^{te} Aurora Pereira Lopes - Comerciante - T.E. 412201802/81
- 03 - Wilma Oliveira Loo - Bancária - T.E. 795902/84
- 04 - Santa Terezita Gomes da Silva - Doméstica - T.E. 255402002-30
- 05 - Edmundo Nunes Cardos - Comerciante - C.R.C. n.º 744.533.356-87
- 06 - Francisco de Sales - T. ELEITOR - 14671902-13
- 07 - A. Sebastião Geraldo de Brito - Comerciante - C.R.C. 110847076-81
- 08 - Elene Aparecida Martins Gomes - ESTUDANTE - C.R.C. 7486749800
- 09 - Alzira - TÍTULO ELEITOR - 273401002-13
- 10 - Gislaine Martins Gomes - ESTUDANTE
- 11 - José de Freitas Pena - F. PÚBLICO - T.E. 93035002/21
- 12 - Jma Isabel Oliveira Loo - DO LAR - T.E. 88084202/30
- 13 - Maria Oliveira Loo - F. PÚBLICA
- 14 - Isate Pereira Alves - Doméstica
- 15 - J. M. de F. da Silva - Motorista - T.E. 632102156
- 16 - Benigno Rodrigues - Comerciante
- 17 - Gonzales Espindola - Contador - PEDREIRO
- 18 - Francisco - CONTADOR - T.E. 14.9117302-64
- 19 - Carlos Roberto G. Pereira - COMERCIANTE - CPF. 008.100446-49
- 20 - David Miranda Silva (comerciante) - CPF. 092764326
- 21 - Jovani V. de Jesus da Silva - T.E. 669823002-81
- 22 - Jovani de Jesus da Silva - Comerciante - C.R.C. 177.248.806-82
- 23 - Celso L. da Silva - C.R.C. 014.964.686-00

- 24- M^a da Conceição Oliveira Maia - dolar - c/c 179.248.806-84
- 25- WENIR DE ABREU - CRMV-7 n^o 1524 - c/c 371.170.257-54 ^{médico}
- 26- Ana Paulina de Abreu CRMV-7 1816 ^{médico} ~~elater~~ 371.170.257.00
- 27- Maria Aparecida Alves - PROPRIETÁRIA - VIZINHA INST.
- 28- Manoel GOMARIN - APRESENTADO - VIZINHO DA INST.
- 29- Maria da Conceição Alki Barrios - TE-670637502-64
- 30- Helenity miranda Silva - Comerciante - TE-449047102-30
- 31- Maria José de Farias - Vizinha da inst. 2.198.994
- 32- Maria Fanny Ferra novo pro. a instituição ^{M25} 7582
- 33- Raquel Lopes Feres - Vitor prox. a inst.
- 34- M^a Jilza Tinaz de matos prox. a instituição M.2.110.754
- 35- Alivaldo Domingues - Contador - T. Eleitor - 454253402-56
- 36- João Pedro de Faria - O. A. B 23.775 (OAB)
- 37- Ezequiel Gomes - Comerciante - TE-669944702/13
- 38- Auriana Gomes dos Santos - TE-734172386-68
- 39- Miriam Maria Rocha - c/c - 253.501.056-53 - R2210582
- 40- Jéssica Rocha Barbosa - OAB 28027 (MG)
- 41- Emanoel Rodrigues Soares - OAB/MG-40.114
- 42- Josi Coelhos de Lima - Projetista - M-3.053.757
- 43- Cristiane de Oliveira - OAB/MG-TE-65815002-05
- 44- Paulo J. Ferreira Martins - COMERCIANTE - TE: 614234302/21
- 45- Domingos, Martin - Comerciante - Vizinha da inst. TE: 614234702-56
- 46- Virgílio de Barros Dias - Vizinha da inst. TE-520512402-21
- 47- Kátia Keller Mironha Silva - Estudante
- 48- Fabíola Oliveira Lvo - recepcionista
- 49- Iza Maria de Oliveira Menezes - Costureira
- 50- Cleusa Martins - Operadora de dados
- 51- ~~Enilda~~ Maria ~~gães~~ - Comerciante.
- 52- Eliane Ferreira Martins - Estudante - TE-821622402/72
- 53- Maria dos Anjos Ferreira Martins - Dolar - TE-353000302/8
- 54- André, Cristiana Kelso Pereira - Estudante
- 55- Emerson de Mota - Fezendeiro - c/c-146.058-646-8
- 56- Claudio Fautinelly - Arquiteto - c/c-305.007-226-81

- 52- ~~Felipe~~ José Teixeira de Jesus - Vizinha do INST. TE-596844692-64
- 53- Vilma Gomes Pereira - Vizinha do INST. TE-15246800-21
- 54- Alinda Baeta Lage - do lar
- 55- ~~Mundo Lage Lage~~ - do lar
- 56- Cassia Grace Campos Lage - estudante
- 57- Helder B. Vaz
- 58- Simone Baeta de Oliveira, etc. 404501972-04
- 59- Souza A. Gomes de Almeida
- 60- Ana Paula Baeta Lage - F. 221-8030
- 61- Olga dos Santos Silva - 478308086-00 - Cristo Rei
- 62- Miriam Barrozo das Chagas - 569613916-72
- 63- Pedro Ernesto Krieger - Mecânico. PIC. 13511645620
- 64- Maria da Conceição do Vale - do lar
- 65- Ana Maria Lvo - professora
- 66- Apolônio Nogueira da Silva - Professora
- 67- ~~Felipe~~ ~~de Jesus~~ - operadores de Mqs. 721-5313
- 68- Cláudia Oliveira Lvo - CIC - 623 764 206 - 44
- 69- José Luiz Gomes - Comerciante
- 70- Oparecida Pinto Gomes - Comerciante 221.9899
- 71- Profª Sampaio de Silva Engª Agrônoma 1253510
- 72- Rosimar Langgus Sampaio (lha João Pinheiro)
- 73- Acácia Cordeiro Souto (Estudante) TE-669849002/48
- 74- Antúrpia Resquita Maia (estudante)
- 75- Geraldine Moura Moura - 045399826-72.
- 76- José Carlos de Almeida 045399826-72
- 78- Emerson Maurício Veloso (estudante)
- 79- M^{te} Marlene R. Moura (professora)
- 80- Luciana Rodrigues Moura (estudante)
- 81- ~~Adriana~~ Vanessa R. Moura - 221.6307. ABF. 608.579.606/44
- 82- Marize Gomes Oliveira (professora) 554.00671691
- 83- Maria das Jacas Mota Moura (professora)
- 84- Janella Mota Moura (estudante) 221.8742-M-5810950.
- 85- ~~Adriana~~ Moura - C/P 0660576-52

- 86 - Glaria Aparecida Roqueira Santos - Funcionária Pública.
- 87 - Juana dos Rodrigues. Aux. Administrativo
- 88 - Sérgio Ant. Aguiar Silva Aux. Administrativo
- 89 - Claermeirino Almeida dos Santos 2213018
- 90 - MARIO ANTONIO CARIAS (CIC 692262886-15
- 91 - Paulo Sérgio Alves 2213018 (CIC 49593805572
- 92 - Maurício Remon (CIC 702791016 001
- 93 - Carlos Magno Terra dos Santos mecânico
- 94 - Orlando Rodrigues Aguiar - Fegendeiro - TE-520486702-13
- 95 - Anjosmar Santos Bento - Vizinho Int. TE-201886602-13
- 96 - Otávio Perreira da Silva - F. Público - TE-63134102-81
- 97 - Filinto Luiz de Menezes - Industrial - TE-32941902-98
- 98 - Francisco Ferreira Ventura - Militar Ref. TE-5273202-99
- 99 - Wilmar Ferreira do Sacramento - Oficiante - TE-527309002-55
- 100 - BOAVENTURA MARTINS TÍTULO DE ELEITOR - 255466802-64
 Escriv. Juramentado
 Masp. 392.643

PASTAGEM



AV PROFESSOR MONTEIRO FONSECA

INSTITUIÇÃO ESPIRITA DE CARIDADE NOSSO LAR

RUA A nº 84

CIC - 21364654/000 - 10

PRESIDENTE - MARIA APARECIDA SOARES

D E C L A R A Ç Ã O

Nós abaixo assinados, membros da diretoria da Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, CGC/MF nº 21.361.654/0001-10, estabelecida à Rua "A" n) 84 na Vila Antonio Narciso, nesta cidade de Montes Claros-Minas Gerais.

Declaramos e nos responsabilizamos sob as penas da lei, bem como perante as diretorias futuras, caso seja efetivada a DOAÇÃO de duas (02) áreas de terras situadas na Rua "A" Vila Antonio Narciso, a mencionada Instituição pela Prefeitura local, cujo o pedido de doação se encontra tramitando pela Câmara dos Vereadores, para a devida aprovação.

Que, quando a Instituição passar a erguer qualquer construção nas áreas referidas, será feita por sua conta própria o manilhamento necessário à dar passagem as águas que por ali se correm, evitando a interrupção das mesmas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Montes Claros, 28 de abril de 1989

Maria Aparecida Soares presidente

Percílio Soares de Almeida vice-presidente

Marina Oliveira Ivo secretária

Wilma Oliveira Ivo Vice-secretária

Josedelo Ferraz Pena tesoureiro

Cilene Aparecida M. Gomes vice-tesoureira

Conselho fiscal:

Alivaldo Domingues Ivo

Jovelino Alves dos Santos

José Luiz Gomes

DECLARAÇÃO

Na condição de Presidenta da Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar, declaro, para os devidos fins, que as dependências do galpão a ser construído por esta entidade, no terreno caracterizado como Área II, na Vila Antônio Nardico, que nos foi doado pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, será cedido, sempre que necessário, à Associação Comunitária do referido bairro, para que ali possa a mesma realizar as suas reuniões e os seus eventos comunitários.

Montes Claros(MG), 30 de maio de 1989.



Maria Aparecida Soares

Presidenta da Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar



179/89

Encaminhando projetos para sanção.
Câmara Municipal

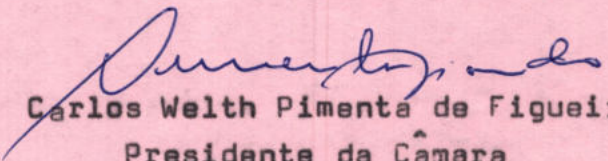
Senhor Prefeito,

Pelo presente estamos encaminhando a esse Executivo, para a sanção de V. Exa., os projetos-de-leis abaixo relacionados, já aprovados por este Legislativo :-

1. autorizando doação de terreno à Instituição Espírita de Caridade Nosso Lar ;
2. reajustando vencimentos dos Secretários Municipais e Adjuntos;
3. estabelecendo sobre o controle e fiscalização da comercialização da cola de sapateiro neste Município.

Com os nossos protestos de apreço e estima, subscrevemo-nos

cordialmente.


Carlos Welth Pimenta de Figueiredo
Presidente da Câmara

Exmo. Sr.

Dr. Mário Ribeiro da Silveira

DD. Prefeito Municipal

MONTES CLAROS